

Bancários aprovam proposta e encerram greve

Trabalhadores de bancos privados, BB e Caixa Federal encerram greve de 21 dias após conquistar aumento real pelo oitavo ano consecutivo, valorização nos pisos, PLR maior e avanços em questões sociais.

Os bancários de bancos públicos e privados de Barretos e região decidiram em assembleia realizada na noite de segunda-feira 17 de outubro, encerrar a greve que completou 21 dias, e aprovaram proposta apresentada pela federação dos bancos (Fenaban), após dois dias de negociação com o Comando Nacional dos Bancários.

A proposta aprovada prevê reajuste salarial entre 9% e 12%, garantindo pelo oitavo ano consecutivo aumento real, valorização maior no piso por dois anos seguidos que pode chegar a 30% no período, além da ampliação em até 27,18% dos valores pagos referentes à participação dos trabalhadores nos lucros resultados (PLR). O reajuste de 9% também será aplicado para demais verbas salariais como vale-refeição, cesta-alimentação e auxílio creche-babá.



A proposta apresentada na sexta rodada de negociação ao Comando Nacional dos Bancários no dia 14/10, prevê ainda avanços em relação às condições de trabalho.

Para Marco Antônio Pereira, presidente do Sindicato dos Bancários de Barretos e Região, "mais uma vez, foi com a disposição de luta da categoria que conseguimos garantir os direitos e conquistar avanços mantendo inclusive a política do aumento real pelo 8º ano consecutivo".

Marco declarou ainda, "em nome da diretoria do Sindicato parabeno e agradeço a cada

bancário e a cada bancária da base de Barretos que, mais uma vez, demonstrou garra e dedicação na construção do movimento paredista, fator determinante para a retomada das negociações com os banqueiros. Mais uma vez o Sindicato fez história no Estado e no país, ao participar ativamente da paralisação nacional da categoria, os méritos são todos dos bancários que, além de participarem do movimento, deram respaldo e legitimidade a diretoria para que o nosso movimento tenha alcançado êxito e atingido o objetivo", disse Marco.

A greve começou no dia 27 de setembro e chegou a paralisar 9.254 agências e vários centros administrativos de bancos públicos e privados em todos os 26 estados e no Distrito Federal. Em Barretos, a greve parou 90% dos Bancos. Os bancários permaneceram firmes até o surgimento de uma nova proposta.

"Derrotamos a velha intransigência dos bancos e o discurso tecnocrata de setores do governo que insistem em dizer que 'aumento real de salário gera inflação'. Os bancários dos bancos públicos e privados estão de parabéns", conclui Marco.



Presidente do Sindicato Marco Antonio Pereira e Waldir Recco Secretário Geral durante assembleia



Uma abelha só não faz pressão

SINDICALIZE-SE...

Ajude a fortalecer ainda mais o Sindicato para enfrentar novas lutas e continuar trazendo conquistas para a categoria.

CAMPANHA NACIONAL 2011

Proposta da Fenaban

Confira a Proposta

Reajuste.....	9%
PLR.....	90% do salário + R\$ 1.400
Adicional da PLR.....	até R\$ 2.800
Reajuste de 12% nos pisos, após 90 dias	
Portaria.....	R\$ 976
Escritório.....	R\$ 1.400
Caixa.....	R\$ 1.900,36
Verbas	
Vale-Refeição.....	R\$ 19,78
Cesta-Alimentação.....	R\$ 339,08
13ª Cesta-Alimentação.....	R\$ 339,08
Aux. Creche-Babá.....	R\$ 284,85

Segurança: Os bancos se comprometeram a acabar com o transporte de valores por bancários, que atualmente coloca em risco a vida dos trabalhadores, expondo-os assaltos e sequestros.

Saúde: As instituições financeiras não poderão mais publicar ranking individual de metas, motivo que leva os bancários à humilhação e ao assédio moral, causa de muito adoecimento e afastamento de bancários.

Mais empregos: A proposta prevê ainda a contratação de pelo menos 5 mil novos bancários na Caixa Econômica Federal, um dos principais responsáveis pelo pagamento de programas sociais em todo o país.

Aumento real: Os banqueiros ofereceram reajuste salarial de 9%, que representa aumento real de 1,5%. A média de aumento real dos 418 acordos fechados no primeiro semestre foi de 1,35%. Esse aumento vale também para tíquetes e demais verbas salariais.

Piso: O reajuste proposto para o piso foi de 12%, aumento real de 4,30%. No caso do escriturário, passa de R\$ 1.250 para R\$ 1.400.

PLR maior: A Participação nos Lucros e Resultados (PLR) é composta

por regra básica e da PLR adicional.

Regra básica: A regra básica da PLR será de 90% do salário mais valor fixo de R\$ 1.400. Essa parte fixa, que em 2010 foi de R\$ 1.100,80, será reajustada em 27,18%.

A regra determina, ainda, que devem ser distribuídos no mínimo 5% do lucro líquido. Se isso não acontecer, os valores de PLR devem ser aumentados até chegar a 2,2 salários com teto de R\$ 17.220,04.

Aumento na PLR adicional: Pela proposta, o teto do valor da PLR adicional - que distribui 2% do lucro líquido - passará de R\$ 2.400 para R\$ 2.800, o que significa aumento de 16,66% em relação ao que foi pago em 2010.

Nova conquista

Aviso prévio: A federação dos bancos também apresentou mudanças na indenização adicional. Uma nova cláusula que trata de aviso prévio proporcional será adicionada à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e está acima do que determina a nova legislação sobre o tema (Lei 12.506, de 11 de outubro de 2011). A proposta prevê que para até cinco anos de trabalho, serão pagos 60 dias de aviso prévio; de 5 a 10 anos, 75 dias; de 10 a 20 anos, 90 dias; e mais de 20 anos, 120 dias. Esse aviso é indenizado.

“É uma alteração importante no combate à rotatividade na categoria bancária” destaca o presidente do sindicato, Marco Antônio Pereira.

Dias parados: O Comando Nacional dos Bancários também garantiu, junto à federação dos bancos, que não será descontado nenhum dia dos trabalhadores em greve. Pela proposta da Fenaban, não haverá desconto e sim compensação dos dias parados no máximo até 15 de dezembro. A compensação poder ser feita de segunda a sexta e exceto ferido, com no máximo duas horas por dia, além jornada. Eventual saldo após esse período será anistiado.

Dados da Categoria: Os bancários são uma das poucas categorias no país que possui Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) com validade nacional. Os direitos conquistados têm legitimidade em todo o país. São 484 mil bancários no Brasil. A data-base da categoria é primeiro de setembro.

Fenaban divulga prazos de pagamento da PLR e diferenças salariais

Data da assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho 2011/2012 - 21 de Outubro.

Veja os prazos para pagamento:

Antecipação PLR: - até 10 dias após a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

PLR: - até o dia 1º de março de 2012.

Diferenças relativas aos meses de setembro e outubro: - eventuais diferenças pela aplicação do reajuste de 9% no salário, nos tíquetes-refeição ou na cesta-alimentação, relativas aos meses de setembro e outubro de 2011, serão satisfeitas até a

folha de pagamento do mês de novembro/2011.

Confira o modelo da PLR pela nova proposta dos bancos:

- Regra básica: 90% do salário mais R\$ 1.400, com teto de R\$ 7.827,29. Isso significa um reajuste de 27,2% na parcela fixa da regra básica.

- Caso a distribuição do lucro líquido não atinja 5% com o pagamento da regra básica, os valores serão aumentados até chegar a 2,2 salários, com teto de R\$ 17.220,04.

- Parcela adicional: 2% do lucro líquido distribu-

ídos linearmente, com teto de R\$ 2.800,00, representando um reajuste de 16,7% no teto. Os valores da parcela adicional não serão compensados com planos próprios de remuneração.

- Antecipação da PLR: 54% do salário mais o valor fixo de R\$ 840,00, com teto de R\$ 4.696,37, e mais parcela adicional de 2% do lucro líquido do primeiro semestre com distribuição linear entre todos os funcionários limitada a R\$ 1.400,00.

Mais informações acesse

www.sbbaretos.org

EXPEDIENTE:

Boletim Informativo do Sindicato dos Bancários de Barretos e Região - CUT Rua 18 n° 1010 - CEP 14780-060 - Barretos/SP **Fone/Fax:** (17) 3322-3911
Site: www.sbbaretos.org **E-mail:** sbbaretos@sbbaretos.org **Presidente:** Marco Antônio Pereira **Sec. de Imp. Comunicações:** Celso Duarte de Freitas
Jornalista Responsável: Rosicris Bittencorth - 32.209 **Diagramação:** Aline Silveira **-Tiragem:** 2.000

BANCO DO BRASIL

Aprovada proposta específica do Banco do Brasil

Funcionários aceitam aumento real, piso maior, avanços no PCR, não desconto dos dias parados e manutenção da trava no descomissionamento e do formato da participação nos lucros.



Diretor do Sindicato e funcionário do BB
Marcelo Benedito esclareceu dúvidas sobre proposta.

Os bancários do Banco do Brasil encerraram a greve em assembleia realizada na noite da segunda 17. Os trabalhadores aprovaram a proposta que prevê o índice de reajuste de 9% para salários e verbas - tíquetes refeição, alimentação e auxílio-creche/babá.

Para as questões específicas econômicas do BB o piso será reajustado em 10%, que passa a R\$ 1.760. Com isso o aumento real de 2,43% impacta em toda a curva do Plano de Cargos e Remuneração (PCR). Cada M (mérito) passa a valer R\$ 97,35 com o aumento real de 2,43%.

Outro avanço é a retroatividade do Plano de Cargos Comissionados no mérito da carreira até 1998. Após a conquista da carreira de mérito na campanha do ano passado, a luta agora é para que seja aprimorada. A retroatividade garante que o período de exercício de comissões, desde a criação dos VRs (valores de referência), seja reconhecido para todos os funcionários.

Plano de Cargos e Remuneração
Tabela por Antiguidade

A1.....1.760,00	A2.....1.812,80
A3.....1.867,18	A4.....1.923,20
A5.....1.980,90	A6.....2.040,32
A7.....2.101,53	A8.....2.164,58
A9.....2.229,52	A10.....2.296,40
A11.....2.365,29	A12.....2.436,25

Plano de Cargos e Remuneração
Promoção por Mérito

M1.....97,35	M2.....194,90
M3.....292,35	M4.....389,80
M5.....487,25	M6.....584,70
M7.....682,15	M8.....779,60
M9.....877,05	M10.....974,50
M11.....1.071,95	M12.....1.169,40
M13.....1.266,85	M14.....1.364,30
M15.....1.461,75	M16.....1.559,20
M17.....1.656,65	M18.....1.754,10
M19.....1.851,55	M20.....1.949,00
M21.....2.046,45	M22.....2.143,90
M23.....2.241,35	M24.....2.338,80
M25.....2.436,25

PLR - O cálculo da Participação nos Lucros e Restultados do 1º semestre de 2011, considera os mesmos critérios das distribuições anteriores.

Esse modelo prevê distribuição anual, dividida em dois semestres distintos, de 90% do salário paradigma (A-6 para escriturário e A-6 + comissão de caixa e VRs), distribuição linear de 4% do lucro líquido, além de valor baseado na parcela fixa da PLR da categoria (Fenaban), mais o módulo bônus para os comissionados. O pagamento é feito semestralmente.

Para o primeiro semestre de 2011, os valores corresponderão a 45% do salário, mais valor baseado na parcela fixa da Fenaban, distribuição linear de 4% do lucro líquido.

Para se ter ideia do quanto essa distribuição representa, a partir do lucro anualizado do banco em 2011 (R\$ 12, 6 bi) um empregado que ganha o piso de R\$ 1.760 (reajustado em 9%) receberá de PLR total cerca de 4,23 salários.

PLR

Permanece a regra atual com a distribuição linear de 4% do lucro líquido semestral, mais o módulo Fenaban acrescido do módulo bônus aos comissionados, conforme abaixo

Cargo	Valor R\$
Escriturário.....	3.571,46
Caixa Executivo.....	3.912,16
Aux. Administrativo e Atend. A e B de CABB.....	3.912,16
Comissionados.....	1,62 a 3 salários

Dias parados - O Comando Nacional dos Bancários garantiu junto à federação dos bancos que não serão descontados nenhum dos dias da greve. Os dias já descontados em folha deverão ser devolvidos e compensados de segunda a sexta-feira (não em feriados), no máximo duas horas diárias até 15 de dezembro. Eventual saldo após esse período será anistiado.

Trava no descomissionamento - Um dos maiores embates entre os representantes dos trabalhadores e a direção do Banco do Brasil foi em torno da manutenção da cláusula que estabelece as três avaliações negativas e consecutivas antes que haja qualquer descomissionamento. Depois de uma verdadeira batalha e, por força da greve, ficou mantida a proteção à perda da comissão.

Licença-saúde - Ampliação de 4 para 12 meses do VCP (Vencimento de Caráter Pessoal) ao comissionado que retorna das licenças saúde e de acidente trabalho.

Trava de remoção reduzida - A trava foi reduzida para um ano em caso de concorrência de posto efetivo para comissionamento.

Outro avanço refere-se à Remoção Automática no Posto Efetivo: o funcionário não precisará pedir dispensa da comissão para a remoção automática. Para concorrer à remoção é necessário ser posto efetivo. Essa alteração garante a manutenção da comissão até que surja a vaga para remoção.

PAS incorporados - Adiantamentos para os funcionários dos bancos incorporados, como a ex-Nossa Caixa, que optaram pelo regulamento do BB e pertençam aos planos de saúde Economus, Fusesc ou Prevbep. Garantia de isonomia de direitos no que diz respeito aos auxílios e benefícios do Plano de Assistência Social (PAS). Auxílio para aquisição de óculos e lentes.

Aprimoramento - Ampliação de 55.261 para 68.057 no público alvo do programa de aprimoramento, com aumento de valor da verba de R\$ 200 para R\$ 215.

Bolsa de estudo - Concessão de 1.000 bolsas de graduação e 500 de pós-graduação para os funcionários.

Reestruturação de dívidas - Reestruturação do Programa Recuperação de Dívidas, com redução da tx. de juros e aumento no prazo de pagto.

CAMPANHA NACIONAL 2011

Passo a passo da Campanha

Entenda como se desenvolve a mobilização dos bancários para manter e ampliar direitos no processo de renovação da Convenção Coletiva de Trabalho.



**Reunião Preparatória
Campanha Nacional 06/07/2011**

Não é novidade para ninguém que os bancários estão permanentemente lutando para manter e conquistar direitos. Mas, durante um período do ano, entre o final do primeiro semestre e meados do segundo, a categoria se mobiliza de maneira especial. É a Campanha Nacional Unificada.

A Convenção Coletiva tem validade de um ano, sempre até 1º de setembro de cada ano - é a chamada data base da categoria. Para conquistar a renovação da CCT, mantendo os direitos que já tinham e incluindo outros, a categoria entra em campanha nacional, pois, como os banqueiros não dão nada de graça, é necessário pressionar.

Como começa - Tudo começa no final do primeiro semestre, quando o Sindicato faz uma consulta para saber melhor quais os anseios da categoria. Depois vem a primeira assembleia, onde os bancários referendam os resultados da consulta e elegem delegados que os representarão nos debates com outros bancários eleitos delegados em todos os cantos do país para a construção de uma pauta de reivindicações válida nacionalmente.



Congresso BB e Caixa 09 e 10/07/2011



Conferências - O 1º fórum de discussões é a conf. regional. Nela é apresentada os resultados das consultas elaboradas pelas entidades da região.

Após amplos debates e tiradas as deliberações, as propostas são remetidas para uma nova discussão na conferência estadual. Dela é retirada uma pauta de reivindicações dos bancários do estado que é levada para ser apreciada num fórum maior de discussões, a conferência nacional. Após três dias de debates entre representações de todo o Brasil, sai a pauta de reivindicações unificada, que pode ser definida como o conjunto nacional de exigências que os trabalhadores têm para renovar a CCT.



Conferência Regional 16/07/2011



Conferência Estadual 23/07/2011



Conferência Nacional 29, 30 e 31/07/2011

Pauta - O passo seguinte é entregar essa pauta aos banqueiros e começar a negociar os itens que a compõem. Quem negocia é o Comando Nacional dos Bancários, conjunto de dirigentes sindicais de várias entidades do país, e representantes da federação dos bancos, a Fenaban.

Negociações - Enquanto as negociações se desenrolam, o que pode durar semanas ou meses, a categoria tem de mostrar disposição para a luta. É o respaldo da mobilização que dá força para o Comando na mesa de negociação com os bancos.



**Lançamento Campanha Nacional
em São Paulo 12/08/2011**



Caravana da mobilização Btos 01/09/2011

Greve - Greve não é bom para ninguém, por isso é a última forma de protesto dos trabalhadores, usada apenas no ponto em que os banqueiros demonstram não ter disposição de atender as necessidades da categoria.

Assembleia - Quando trabalhadores e banqueiros chegam a um consenso a campanha entra na reta final. Os trabalhadores reúnem-se em assembleia e fazem valer sua vontade. São os bancários que decidem, em todo o Brasil, se querem ou não aceitar o que foi debatido na mesa de negociação.

CCT - Se as assembleias aceitam o acordo, chega-se à última etapa da campanha que é a assinatura de uma nova Convenção Coletiva de Trabalho, com validade por mais um ano, até o próxima data base em 1º de setembro.

Acordos Aditivos - Além da CCT, que vale para todos, há também acordos aditivos, ou seja, complementares, com direitos específicos. São três: na Cx Federal, no BB e no Santander. A campanha vale também para a renovação destes acordos. Mas, nesses casos, as pautas de reivindicações são específicas, ou seja, voltadas especificamente para os trabalhadores desses bancos, e as negociações são realizadas separadamente. A construção das pautas específicas segue rito semelhante.

Conquistas - Nenhum dos direitos que integram a CCT foi dado de mão beijada pelos banqueiros ou caiu do céu. Todos são fruto de muita luta e garra dos trabalhadores de hoje e de ontem.

ASSÉDIO MORAL

DENÚNCIAS

Durante o período de greve da categoria, o Sindicato recebeu diversas denúncias de Assédio Moral, principalmente de gestores de agências do Banco do Brasil da base territorial.

“O BB foi o único banco que não assinou o Acordo Aditivo a CCT sobre Prevenção de Conflitos no Ambiente de Trabalho. Mas isso não impede que outras ações após o Sindicato apurar os casos, sejam tomadas, seja elas no campo jurídico ou político”, alerta o presidente do Sindicato Marco Antonio Pereira. Sabemos que a política adotada pelo BB para o cumprimento de metas é extremamente agressiva, mas a forma que os bancários estão sendo cobrados, com humilhação e perseguição, não vamos permitir.

Aqui vai um alerta:

TODO DITADOR TEM SEU DIA!

Obs: Há disponibilizado no site do Sindicato, um campo para denúncias de Assédio Moral.

Importante ressaltar que a denúncia e o denunciante será mantido o sigilo.

DENUNCIE! www.sbbaretos.org

Mobilização - Quem luta conquista

Veja algumas imagens da greve...



Greve - Barretos



Itaú - Bebedouro



BB - Severinia



Viradouro



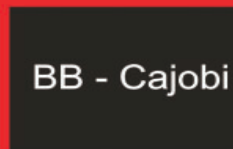
Caixa - Guaíra



Itaú - Barretos



BB - Viradouro



BB - Cajobi



Greve - Barretos



BB - Colina



BB - Monte Azul



Greve - Barretos

Disposição de Luta

O início ao movimento de greve por tempo indeterminado foi no dia 27/09. Nesta data o sindicato concentrou todos os esforços na cidade de Barretos onde é a sede da entidade, e parte da diretoria, em Bebedouro onde a entidade tem a sua subsede e, posteriormente em outras cidades da base, onde corajosos bancários espontaneamente

engrossaram o movimento auxiliando nas paralisações.

Não faltou vontade e disposição de luta de outros bancários de municípios da base territorial querendo também aderir ao movimento solicitando a presença do sindicato em seus locais de trabalho.

Infelizmente, não foi possível estar ao mesmo tempo em vários lugares, considerando que o nú-

mero de diretores não é muito. Levamos ainda em consideração as estruturas disponíveis como, carro de som, faixas e número de pessoas para auxiliar nas paralisações.

Valeu a manifestação e o desejo de participação desses valorosos companheiros que estavam dispostos a engrossar ainda mais o movimento.

PARABÉNS A TODOS!

Assistencial a força da sua participação

Contribuição definida em assembléia transforma-se em conquista para os trabalhadores.

Todos os bancários que já receberam ou que irão receber as diferenças salariais, reajuste salarial, PLR, adicional de PLR, 13ª Cesta Alimentação estão colhendo os resultados da campanha salarial 2011. Durante mais de cinco meses o sindicato participou de diversas reuniões, plenárias, conferências, encontros, congressos, seminários e outras atividades que demandaram gastos excessivos, além de publicações de editais, confecção de faixas, cartazes, jornais, panfletos, adesivos, gastos com carro de som, e outros instrumentos de mobilização com a greve, tudo isso, para garantir a defesa de nossos direitos e lutar por novas conquistas.

Sem estes itens essenciais a greve seria inviabilizada. A contribuição assistencial para os bancários da base do Sindicato foi aprovada na última

assembléia, e será de 01 dia de serviço (3,33%), a ser descontado de todos os bancários, sócios e não sócios, com teto máximo de R\$ 200,00, em duas parcelas.

Ficando aberto o prazo p/ oposição de 31/10/2011 a 09/11/2011, mediante requerimento manuscrito de próprio punho, devendo constar nome, qualificação, numero da CTPS, nome do banco e obrigatoriamente ser entregue individual e pessoalmente no horário da 9:00 às 17:00 na sede ou na sub-sede do sindicato.

O assistencial é vital para ajudar a manter, e expandir a estrutura da entidade e, conseqüentemente, garantir a correlação de forças mais equilibrada na hora de negociar com os banqueiros.

CAIXA

Proposta da Caixa inclui PLR Social, 5 mil contratações valorização do piso, além de avanços em itens de saúde do trabalhador e no Saúde Caixa



Diretor do Sindicato e funcionário da Caixa Marcio Reis fez apresentação da proposta durante assembleia.

A Caixa concordou com a manutenção da PLR Social, que distribuirá 4% do lucro líquido de forma linear para todos os empregados - além da regra básica e parcela adicional da PLR acordada com a Fenaban. Esse valor será distribuído mesmo que, somado à regra da Fenaban, seja ultrapassado o limite de 15% do lucro do banco.

Piso - Os empregados da Caixa Federal também aprovaram em assembleia um novo valor para o piso de ingresso na empresa: R\$ 1.826,00

Com incidência de 11,56% no plano de carreira, os empregados que completam 90 dias na empresa passam automaticamente para a faixa 203.

O aumento real assegurado para esse segmento é de 3,9%, mantendo a política de valorização no piso de ingresso.

Proposta para plano de carreira

TBN	Valor R\$
203.....	1.826
214.....	2.344
232.....	3.533
247.....	4.984

Além disso, o banco concordou em repassar o aumento de R\$ 39 na tabela do PCS conquistado ano passado para os bancários que estão na tabela do PCS antigo.

A correção dessa injustiça é um passo importante na direção da superação das discriminações contra o pessoal que optou por permanecer no Reg/Replan não saldado.

Outro avanço importante da proposta é a contratação de 5 mil novos empregados para o banco. A redação da cláusula prevê a ampliação do quadro dos atuais 87 mil empregados para 92 mil, com compromisso assumido pela Caixa de atingir esse número até dezembro de 2012.

“É mais um avanço que confirma a política permanente de recomposição dos salários, com aumento real e valorização do piso da categoria, além de ganhos sociais importantes”, afirma Marcio Reis, diretor do sindicato, que apresentou em assembleia a proposta na integra aos presentes.

A PLR total dos empregados é composta por: 90% do salário mais R\$ 1.400, com teto de R\$ 7.827,29; PLR adicional que distribuirá 2% do lucro líquido limitado a R\$ 2.800; PLR Social que é a distribuição linear de 4% do lucro líquido. Neste ano não haverá redutor.

SALÁRIO	90%	FIXO	PLR - CAIXA		PLR SOCIAL (4% L.L.)	TOTAL
			TOTAL REGRA BÁSICA	ADICIONAL (2% L.L.)		
1.826	1.643,40	1.400	3.043,40	1.077,62	2.155,23	6.276,25
2.000	1.800	1.400	3.200	1.077,62	2.155,23	6.432,85
2.500	2.250	1.400	3.650	1.077,62	2.155,23	6.882,85
3.000	2.700	1.400	4.100	1.077,62	2.155,23	7.332,85
3.500	3.150	1.400	4.550	1.077,62	2.155,23	7.782,85
4.500	4.050	1.400	5.450	1.077,62	2.155,23	8.682,85
5.000	4.500	1.400	5.900	1.077,62	2.155,23	9.132,85
6.000	5.400	1.400	6.800	1.077,62	2.155,23	10.032,85
7.000	6.300	1.400	7.700	1.077,62	2.155,23	10.932,85
8.000	7.200	1.400	7.827,29	1.077,62	2.155,23	11.060,14

Nota: O cálculo da parcela adicional e da PLR Social foi realizado com base no lucro líquido anual projetado a partir da anualização do lucro líquido semestral e no nº de empregados de junho de 2011

Dias parados - O Comando Nacional dos Bancários também garantiu, junto à Fenaban, que não será descontado nenhum dia dos trabalhadores em greve. Os dias serão compensados de segunda a sexta-feira (não em feriados), no máximo duas horas por dia até 15 de dezembro. Eventual saldo após esse período será anistiado.

Titularidade por 180 dias - Uma das principais queixas dos empregados era a perda da comissão após 15 dias de afastamento de saúde. Uma medida que penalizava duplamente o bancário: adoecer por conta das condições inadequadas de trabalho e ainda ter sensível redução na remuneração total. Pela proposta aprovada pela assembleia fica garantida a titularidade da função por 180 dias nas licenças para tratamento de saúde.

Adicional noturno incorporado - Os bancários que trabalhavam na extinta compensação de che-

ques terão a incorporação do adicional noturno. Para isso a Caixa utilizará os termos da RH151. A incorporação será válida para quem têm no mínimo 10 anos de trabalho noturno e o valor será calculado com base na média dos últimos cinco anos. O movimento vai se empenhar agora para que os que trabalham há menos de 10 anos também tenham a compensação.

Avaliador de penhor - Esses profissionais não poderão mais ser deslocados para a bateria de caixas como acontece atualmente. Além disso, haverá a contratação de uma empresa especializada, renomada e com aval do movimento sindical, para a avaliação dos Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) e dos postos de trabalho.

CCV para 7ª e 8ª horas - O banco criou um grande problema quando fez uma alteração na jornada dos empregados de cargos técnicos, diminu-

indo o tempo de trabalho de 8 para 6 horas, com redução salarial. O que foi duramente criticado pelo movimento sindical. A pauta voltou a ser debatida mais intensamente nas negociações específicas e agora a Caixa propôs

que o tema vá para a Comissão de Conciliação Voluntária (CCV), a ser instalada em até sessenta dias após a assinatura do acordo. Também haverá CCV para os inativos discutirem, por exemplo, a questão dos tiquetes. A CCV funciona como um fórum que reúne o empregado da ativa, o banco e o Sindicato para tentar chegar a um acordo e resolver o problema sem que tenha a necessidade de ingressar na Justiça.

Promoção - Fechar ainda neste ano os critérios para a promoção por mérito de 2012.

Saúde - Entre os avanços da proposta apresentada está a inclusão, como beneficiário do Saúde Caixa, de filhos e enteados até 24 anos sem renda ou até 27 anos para filhos universitários (em primeiro curso superior) sem renda.

Teleatendimento - Discutir a escala de jornada de trabalho em negociação específica a ser realizada em até 60 dias após a assinatura do acordo.

Veja outros avanços no site www.sbarretos.org

TERCEIRIZAÇÃO

Bancários defendem emprego em audiência pública sobre terceirização no TST

A terceirização no setor financeiro foi discutida em um bloco específico em audiência pública no Tribunal Superior do Trabalho. Os debates acontecem durante o período de greve da categoria, em Brasília, 4 e 5 outubro.

A representante da categoria bancária e diretora executiva do Sindicato dos bancários de São Paulo, Osasco e Região, Ana Tércia Sanches, refutou os dois principais mitos da terceirização bancária: a de que ela gera emprego e visa à especialização. “Os trabalhadores terceirizados cumprem jornadas extenuantes de trabalho, muito superiores à dos bancários. São 44 horas semanais contra as 30 horas dos bancários.” A consequência, acrescentou Ana Tércia, é a redução do número de postos de trabalho.

A falácia da terceirização como meio de especialização dos serviços foi denunciada pela dirigente com fatos: “São os bancos que detêm o know-how dos serviços prestados pelas terceirizadas. São eles que ensinam o serviço às contratadas, fornecem manuais e scripts de atendimento. Além disso, a contratada trabalha no próprio sistema do banco, que monitora todas as atividades, estabelece metas e tem, inclusive, um preposto do banco na prestadora de serviço”.

Ana Tércia também ressaltou a total subordinação das empresas terceirizadas em relação aos tomadores de serviço. “Os bancos têm inclusive ingerência na admissão e demissão de pessoal das contratadas”.

De acordo com o secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf-CUT, Miguel Pereira, o objetivo foi reforçar o entendimento dos ministros do TST sobre as questões relacionadas à terceirização.



Miguel classificou a terceirização como um processo avassalador, que ceifa postos de trabalho. “Das 56 bilhões de operações bancárias realizadas em 2010 (dado apresentado anteriormente pela Febraban), somente cerca de 10% foram realizadas em agências bancárias e por bancários”. Boa parte dessas operações, lembrou Miguel, são feitas via internet, caixas eletrônicos ou correspondentes bancários. “O que não foi dito aqui é que por trás de cada operação on line ou em caixa eletrônico, tem um trabalhador. A atividade-fim do setor é composta por uma série de etapas que se não forem realizadas a operação não se efetiva”. E essas atividades, acrescentou, vêm sendo cada vez mais desenvolvidas por terceirizados com salários menores e condições precárias de emprego.

Menos empregos - O representante da Contraf enfatizou que um dos setores da economia brasileira que mais lucra é também o que menos contribui com geração de empregos. As instituições financeiras foram responsáveis por apenas 0.95% dos empregos gerados no país em 2010. “Além disso, os novos contratados do setor ganham em média 40% menos que os que foram desligados”.

Dados sigilosos - O dirigente da Contraf-CUT lembrou que não apenas os bancários perdem com a terceirização, mas também os clientes e a socie-

dade. “A terceirização infringe a lei do sigilo bancário, pois os bancos estão passando os dados dos seus clientes para essas empresas. Nossos dados estão à deriva, todas as prestadoras têm acesso a eles. Portanto, existe uma dimensão social nesta questão que extrapola as relações trabalhistas”, alerta Miguel.

Correspondentes - Miguel também refutou os argumentos da Febraban e da Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) - representada por Magnus Apostólico - de que o crescimento dos correspondentes leva à inclusão bancária da população. “O Banco Central, ao arremedo de todos os marcos, inclusive da CLT, autorizou que os bancos abram correspondentes dentro de suas próprias holdings. Queremos sim a inclusão bancária, mas as agências se tornaram pontos de venda de serviços, e os mais humildes não têm acesso, sendo empurrados para o atendimento em correspondentes, a grande maioria situada a poucos metros das agências.” O dirigente concluiu lembrando que as instituições financeiras não funcionam em regime de concessão. “Os bancos não trabalham com recursos próprios, mas com recursos da sociedade. E eles podem e devem gerar novos e melhores postos de trabalho.”

Segundo o TST, as terceirizações são consideradas atualmente o tema mais polêmico nas relações de trabalho no mundo moderno. Só no Tribunal, existem cerca de 5 mil processos sobre esse assunto aguardando julgamento.

“Nosso papel na audiência foi mostrar aos ministros do TST como está organizado e o que é o trabalho bancário, para demonstrar a ilicitude da terceirização que ocorre no sistema financeiro”, conclui Miguel.

“Bancário genérico” é apresentado em audiência no TST

Trabalhadores entregaram caixinhas de remédio com bula informando sobre os perigos da utilização de serviços terceirizados



O bom humor e a criatividade característicos do movimento sindical bancário chegaram ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília. Na tarde do dia 4 de outubro, quando a terceirização no setor financeiro era discutida em um bloco específico da audiência pública convocada pelo TST, trabalhadores terceirizados e dirigentes sindicais bancários, distribuíam caixinhas de remédio com bula informando sobre os perigos da utilização desses

serviços. Os trabalhadores também estavam vestidos com camisetas de “bancário genérico”.

Além da intervenção dos representantes dos trabalhadores durante a audiência pública, a distribuição das caixinhas do medicamento tinha o objetivo de informar a todos que assistiam aos debates, a crítica situação desses empregados das terceirizadas e como são utilizados pelos bancos de forma a precarizar empregos e direitos.

CORRESPONDENTE BANCÁRIO

Bancos querem distinguir cidadãos no atendimento

Durante audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, em Brasília, ficou clara a discriminação e com anuência do BC

A segregação dos clientes mais pobres e sua transferência para atendimento nos correspondentes bancários é um fato. A anuência do Banco Central a essa prática dos bancos ficou evidente em audiência pública realizada no dia



Diretores: Marcelo Benedito, Sady Mussa e Solange Gomes, presentes na audiência

16/08, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Representantes dos trabalhadores (Contraf-CUT), da federação dos bancos (Fenaban), do Banco Central e do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça foram convidados para debater o Projeto de Decreto Legislativo 214/2011, do deputado federal Ricardo Berzoini (PT/SP), que visa suspender os efeitos de resoluções do BC que ampliaram a atuação dos correspondentes.

As exposições de Gerson Costa, da federação dos bancos, e de Sérgio Odilon dos Anjos, do Banco Central, deixaram claro que o papel do correspondente bancário vai além daquele pensado na década de 1970, quando foi criado.

Deixou de ser um mecanismo para atender localidades onde os serviços bancários não chegavam e passou a uma forma de precarização do serviço que retira das agências os clientes de baixa renda.

“Ficou claro que, para a Fenaban, agência bancária não é lugar de pobre. E essa discriminação é apoiada pelo Banco Central. Os bancos usam o correspondente para reduzir custos com o apoio do BC, que extrapola sua competência ao legislar sobre relações trabalhistas” afirmou Marcelo Benedito diretor do sindicato, que acompanhou a audiência.

bancário. E acrescentou: o papel do Estado, que é o de estabelecer limites para essa maximização desenfreada dos lucros e de proteger o trabalhador e a sociedade, não está sendo cumprido.

O parlamentar lembrou ainda que o artigo 192 da Constituição Federal determina que o sistema financeiro seja regulamentado por leis complementares. O BC, portanto, estaria extrapolando seu papel.

A audiência contou com a participação de centenas de trabalhadores do setor financeiro e dirigentes sindicais de todo o país. “O Banco Central funciona hoje como um verdadeiro sindicato nacional dos bancos. Em vez de se preocupar com a sociedade e com o desenvolvimento econômico e social do país, age única e exclusivamente a serviço do sistema financeiro”, disse em sua apresentação o presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro.

Os diretores Marcelo Benedito, Sady Mussa e Solange Gomes do sindicato dos bancários de Barretos e região estiveram presentes acompanhando a audiência.

PDC - O Projeto de Decreto Legislativo 214/2011 aguarda parecer do relator, deputado Rui Costa (PT-BA), na Comissão de Finanças e Tributação. O PDC passa ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de ir a votação no plenário da Casa.

O deputado Berzoini criticou a instalação de correspondentes a poucos metros de agências bancárias e ressaltou que a ampliação desse serviço atendeu a uma dinâmica óbvia do capital: reduzir custos e desorganizar o trabalho

Trabalhadores fazem 'descarrego' no BC contra correspondentes bancários

Trabalhadores de todo Brasil denunciam precarização do trabalho bancário.

Bancários de todos os estados do Brasil deslocaram-se em comitivas até Brasília para protestar contra o Banco Central.

Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT, disse que o movimento dos trabalhadores bancários está solicitando audiência com a presidenta Dilma Rousseff para discutir a postura do BC e pressionar pela realização de uma Conferência Nacional sobre o Sistema Financeiro, nos moldes de outras realizadas pelo governo federal.

Ao final, os manifestantes fizeram a lavagem da rampa da sede do BC - com direito a água de cheiro, rosas brancas, baianas e tambores - e pediram

bênçãos em defesa da inclusão bancária de toda a sociedade.

O PDC 214 suspende a aplicação dos artigos 1º a 21º, dos incisos I e II do artigo 22, e do inciso II do artigo 23 da Resolução 3.954, de 24 de fevereiro de 2011 do Conselho Monetário Nacional.

Observa que a ampliação das funções dos correspondentes bancários, da forma prevista nessas resoluções, é uma cadeia de precarização do trabalho, podendo ainda comprometer a segurança dos usuários e também o sigilo bancário, já que as informações dos clientes podem ser repassadas a terceiros sem sua autorização expressa, por exemplo.

